

Alimentação básica dos paraenses tem recuo de preços

Redução foi de 3,17%, após seis meses de alta, segundo pesquisa do Dieese

Após seis meses consecutivos de alta, a alimentação dos paraenses sofreu recuo de preços em julho. De acordo com dados do Dieese (Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), a redução foi de 3,17%. Os números fazem parte do balanço nacional da cesta básica, realizado pelo instituto de pesquisa em 18 capitais.

No mês passado, a cesta básica dos paraenses custou R\$ 308,37 e comprometeu na sua aquisição em 46% do salário mínimo oficial de R\$ 724,00, em vigor desde 1º de janeiro deste ano.

No período a maioria dos produtos apresentou quedas de preços, com destaque para o feijão, com menos 21,52%; Tomate, 8,37%; Óleo de cozinha, com recuo de 2,73%; Farinha de mandioca, 2,25%; Arroz, 1,42% e do leite que reduziu 1,29%.

Segundo o Dieese, em julho, o custo da cesta básica para uma família padrão paraense, composta de dois adultos e duas crianças, ficou em R\$ 925,11 sendo necessários 1,3 salários mínimos para garantir as mínimas necessidades do trabalhador e sua família, somente com alimentação.

A pesquisa mostra ainda que para comprar os 12 itens básicos da cesta, o trabalhador paraense comprometeu aproximadamente 46% do salário mínimo de R\$ 724 e teve que trabalhar 93 horas e 42 minutos das 220 horas previstas em Lei. Mas alguns produtos continuaram apresentando aumentos de preços, como o café, com alta de 1,32%; Banana, com alta de 0,96%; Açúcar, mais 0,79% e da carne bovina que subiu mês 0,69%.

No primeiro semestre do ano o reajuste acumulado na

alimentação foi de 4,06%, contra uma inflação que não deve ultrapassar 4%. Os produtos que mais sofreram reajuste foram: Tomate, 23,41%; Óleo de cozinha, com alta de 13,02%; Carne bovina, 12,04%; Café, 5,04% e; Banana, com alta acumulada de preço de 2,95%. Outros produtos tiveram recuo de preços, como a farinha de mandioca, com queda de 25,68%, seguida do leite, com queda de 9,23%; Feijão, com queda de 4,63% e do arroz, que teve redução de 3,69%.

12 meses- Apesar da redução em julho, os números não são animadores quanto ao balanço dos últimos 12 meses, quando houve alta acumulada de 3,11%. A maioria dos produtos da cesta sofreu aumentos, como a carne bovina com alta de 20,92%; Tomate, 12,66% e do pão, com alta de 10,33%. A inflação estimada para o mesmo período gira em torno de 6,20%. Mas alguns produtos tiveram queda de preços, tais como a farinha de mandioca, com recuo de 38,53%, seguida do feijão, menos 22,68%.

As pesquisas mostram ainda que, com base no maior custo apurado para a cesta básica nacional e levando em consideração o preceito constitucional, que estabelece que o salário mínimo deva ser suficiente para alimentar o trabalhador e sua família, suprindo suas necessidades com alimentação, educação, moradia, saúde, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, neste sentido o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em julho de 2014 o salário mínimo oficial em vigor foi de R\$ 724 (desde 01/01/2014), mas o necessário para atender os preceitos constitucionais para uma família deveria ter sido de R\$ 2.915,07. Este valor é cerca de 4 vezes maior que o oficial. Ele é calculado de acordo com a determinação da Lei que estabeleceu os valores da cesta básica nacional (decreto-lei N^o 399/38) e também com base os preceitos Constitucionais que norteiam o salário mínimo.

Das 18 capitais pesquisadas pelo Dieese, Florianópolis foi a

que apresentou o maior valor da alimentação básica, com R\$ 346,99. Em segundo lugar ficou São Paulo, com o custo de R\$ 345,42 e Vitória, com R\$ 330,71.

No balanço nacional, Belém ficou entre as oito capitais mais caras do país no que diz respeito ao custo da alimentação básica. Em termos de variação, no mês de jul/2014, entre as 18 capitais pesquisadas, Brasília com queda de 7,16% foi a que apresentou o maior recuo, seguida de Curitiba, com recuo de 7,11% e de Porto Alegre, com recuo de 5,88%.

‘Para este mês de agosto os cenários podem ser alterados, pois o reajuste da energia elétrica autorizado pela ANEEL em cerca de 36% para o setor empresarial no Pará, como já aconteceu em outras vezes, deverá ser repassado para os preços de bens e serviços. Tudo indica que teremos novamente efeito cascata em toda a economia com o reajuste absurdamente elevado nas contas de energia elétrica, inclusive nos preços da cesta básica’, comenta o economista Roberto Sena.

Fonte: ORMNews.

Publicado por Folha do Progresso fone para contato Tel. 3528-1839 Cel. TIM: 93-81171217 e-mail para contato: folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br